
*Museu e identidade italo-descendente na Serra
dos Tapes, Pelotas/RS: o projeto do Museu
Etnográfico da Colônia Maciel*

*Luciana da Silva Peixoto**
*Fábio Vergara Cerqueira***

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar o Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Pelotas/RS), cuja implementação foi resultado do projeto “Recuperação e Preservação da Memória Histórica da Comunidade Italiana Pelotense”. O Museu inaugurado em 2006 foi fruto de um sonho da comunidade da Vila Maciel (8º Distrito) que, temendo a perda de suas raízes oriundas da colonização italiana, ansiava pelo resgate dessa cultura e pela sua transmissão às novas gerações. O trabalho contou com atividades de pesquisa bibliográfica, história oral, pesquisa documental, organização e ampliação de acervo documental, identificação de cultura material, bem como produção de acervo fotográfico.

Palavras-chave: Museu. Etnia. Identidade.

Abstract: This work aims to present the Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Ethnographic Museum of the Colonia Maciel), Pelotas/RS, which implementation was a result of the project “Recuperation and Preservation of the Historical Memory of the Italian Community of Pelotas “. The Museum inaugurated in 2006 was a result of a dream of Vila Maciel’s community (8º District), that, fearing to loose their roots originated in the Italian immigration, desired the rescue of their culture, as well as its transmission to the new generations. The work counted with activities of bibliographical research, oral history, analysis of written documents, organization and enlargement of documental collection, identification of material culture and the production of photographic collection.

Keywords: Museum. Ethnicity. Identity.

* Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Memória, Identidade e Cultura Material pela UFPel. Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. Coordenadora Técnica do Instituto de Memória e Patrimônio. *E-mail:* lucipic@hotmail.com

** Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Antropologia Social com concentração em Arqueologia Clássica pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto no Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Professor no Mestrado Multidisciplinar em Memória Social e Patrimônio Cultural e no Mestrado em Ciências Sociais da UFPel. Diretor do Instituto de Ciências Humanas da UFPel. Coordenador do Laboratório de Antropologia e Arqueologia da UFPel. Coordenador do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho em História Antiga da Anpuh. *E-mail:* fabiovergara@uol.com.br

Introdução: breve histórico

O Museu Etnográfico da Colônia Maciel – tendo como temática as memórias de descendentes dos imigrantes de fala italiana que colonizaram aquela porção rural do município de Pelotas, situado na porção meridional do Rio Grande do Sul – foi implementado entre 2004 e 2006 pelo Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (Lepaarq/UFPel), com o apoio de uma equipe técnica, vinculada ao quadro de docentes e acadêmicos do Instituto de Ciências Humanas da UFPel, das áreas de História e Geografia.

O museu é fruto de um projeto de pesquisa, desenvolvido no período de abril de 2000 a maio de 2002. O objetivo do projeto foi resgatar a memória histórica da formação e da trajetória da comunidade italiana pelotense, incluindo a colônia rural (atual Vila Maciel) e a comunidade urbana de imigrantes. Baseado em pesquisas de história oral, iconografia e arqueologia (cultura material), o projeto revelou-se como um instrumento de fortalecimento da identidade dos descendentes de imigrantes italianos.

No fluxo do projeto, avançando *pari passu* na aproximação com indivíduos fortemente vinculados à memória da coletividade e outros fortemente comprometidos com os desenvolvimentos cultural e econômico da mesma, foi sendo alimentado o projeto de criação de um museu. O que parecia inicialmente um sonho distante, pouco a pouco foi delineando-se como um projeto viável. Assim, a partir de 2003, com aprovação na Assembléia do Corede-Sul para votação da Consulta Popular promovida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, o sonho tornou-se factível, com financiamento público previsto e aprovado. Mais que isso, emocionou-nos ver o empenho da comunidade em viabilizar a aprovação do projeto na Assembléia Popular, devendo ser aqui registrado que foi um dos projetos com maior votação da região, porque recebeu também significativo apoio dos professores da rede municipal de ensino.

A Colônia Maciel está localizada no 8º Distrito de Pelotas a, aproximadamente, 40 km do centro urbano, com acesso pela BR 392 em direção ao município de Canguçu. A escolha dessa colônia como núcleo central de desenvolvimento da pesquisa baseou-se em dois critérios: a) foi identificada como a mais representativa da presença italiana na região de Pelotas (ANJOS, 1995); b) apesar de ter sido implantada pelo governo imperial, jamais foi reconhecida como tal pela historiografia, causando, assim, um descontentamento para a

comunidade de ítalo-descendentes, que deseja o reconhecimento histórico da Colônia Maciel como a *5ª Colônia Italiana do RS*.

A pesquisa teve como foco específico a memória da Colônia Maciel. Os objetivos foram, em primeiro lugar, a preservação dessa memória através da organização e da catalogação de material iconográfico, oral e de cultura material referentes à Colônia Maciel, produzidos e/ou recolhidos durante a realização do projeto, e, em segundo lugar, a reconstrução dessa memória histórica através da organização e análise dos dados obtidos. Em suma, objetivou a conservação dos suportes de memória (tradição oral, fotos e cultura material) e a produção de um conhecimento histórico crítico baseado nesses suportes.

O projeto que deu origem ao museu: catalogação das fontes orais, visuais e materiais da Memória Histórica da Comunidade Italiana Pelotense

O projeto “Recuperação e Preservação da Memória Histórica da Comunidade Italiana Pelotense” teve início no ano de 2000 a partir de uma parceria entre a Universidade Federal de Pelotas e a Sociedade Italiana Pelotense. Como resultado de uma primeira fase de pesquisa, concluída em 2002, foram elaborados três catálogos documentais: de fontes orais, de fotografias antigas e de cultura material. Esses resultados culminaram na monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas, apresentada em março de 2003, de uma das autoras do presente artigo: Luciana da Silva Peixoto. (PEIXOTO, 2003).

É possível que algum dos leitores se pergunte: Ora, como foi a guinada de um projeto de caráter historiográfico, preocupado com a história documental da imigração italiana, para um projeto de memória? Como deslizou da objetividade da História para a subjetividade da memória?

O fato é que, desde os primeiros contatos para a realização das entrevistas de história oral, as lembranças orais foram se mesclando com fotografias que apareciam conservadas em gavetas, caixas ou se encontravam na sala, penduradas nas paredes sobre nossa cabeça; ao mesmo tempo, esses depoimentos e essas fotos misturavam-se, numa fantasmática do passado, com objetos, alguns guardados na sala, outros abandonados em galpões ou no mato e muitos já não mais existentes,

porém fixados na memória dessas pessoas que teimavam em manter vivas recordações de épocas já hoje distantes, cujos registros o presente esforça-se em apagar.

Em vista disso, a pesquisa foi, do ponto de vista metodológico, reordenada, estabelecendo como nova meta a elaboração de três catálogos documentais: catálogo de depoimentos orais, de fotografias antigas e de “cultura material” (objetos e estruturas edificadas antigas). Essa pesquisa produziu uma sistematização desses testemunhos de memória social, o que permitiu elaborar um outro discurso sobre o passado: não o discurso do documento escrito, oficial, mas de lembranças imprecisas, de fotos esmaecidas, de objetos carcomidos pelos cupins ou pela ferrugem. Esse discurso foi elaborado com método e espírito arqueológico de sistematização e tipologização do empírico, sendo os três tipos de suportes de memória (oral, visual e material) submetidos às mesmas perguntas e aos mesmos critérios classificatórios. (PEIXOTO, 2003; CERQUEIRA; OLIVEIRA, 2005; OLIVEIRA, 2002; MICHELON; ESPÍRITO SANTO, 2000).

Percebemos, então, que não estávamos mais no campo da **História**, na busca do *wie es eigentlich gewesen ist*, propugnado por Ranke no séc. XIX e assumido como projeto epistemológico por todos os matizes da Ciência Histórica do séc. XX, da *História Metódica* à *Nova História*, passando pelo *Positivismo*, *Marxismo* e outros *ismos*. Adentrávamos o campo da **memória social**, dinâmica, dissoluta, fluida, espontânea. Vozes, imagens e coisas revelavam a construção mental – qual um vulcão em atividade – de memória das experiências coletivas dessa comunidade, percebidas a partir da ótica psicológica individual, dos núcleos familiares gerados por geradores de narrativas e lembranças comuns. E é aí que se situava a fotografia antiga que buscávamos, aí se ancoravam as reminiscências de sentido de antigos objetos e de lembranças que teimavam em não ser esquecidas.

Resolvemos montar guarda contra o esquecimento. O objetivo principal foi a preservação da memória da imigração italiana na Colônia Maciel. Para tanto, procedemos à organização e catalogação do material iconográfico, oral e de cultura material, referente a essa colônia, que foi objeto de interpretação, apoiando-nos também em revisão bibliográfica e pesquisa documental. (MEIHY, 1996, 1998; FUNARI, 1998; ORSER, 1992; CERQUEIRA; OLIVEIRA, 2005).

Todavia, a preocupação com a conservação dos suportes de memória alimentou um projeto de museu colonial e de educação patrimonial, pois não nos bastava revelar o conhecimento para o consumo interno da academia. O trabalho com memória deve comprometer-se com o reconhecimento e a consolidação da diversidade cultural, pois essa constitui patrimônio comum da humanidade, sua preservação sendo tão importante para o homem quanto a biodiversidade o é para o planeta.¹ A memória dos ítalo-descendentes da Vila Maciel é um dos endereços, em nosso planeta, da diversidade cultural. Em nossos planos, o desígnio do museu da Maciel seria, prestando homenagem à herança cultural dos imigrantes provindos da Itália no século XIX, criar um espaço de preservação e divulgação dessa particularidade cultural, a ítalo-descendência, que alimenta distintivamente a identidade desse grupo étnico, em contraste com o rótulo étnico-cultural atribuído pela historiografia rio-grandense predominante à porção meridional do estado, vista como contexto geográfico marcado precipuamente pela afro-luso-brasilianidade.

A elaboração desses catálogos permitiu que identificássemos um grande acervo documental sob a guarda da comunidade, composto de objetos, fotos e impressos antigos, além de valiosos documentos, tais como passaportes e certidões; somaram-se a esses os depoimentos orais coletados durante a pesquisa realizada pelo Lepaarq.

Aqui, porém, deve-se falar de acervo com um certo estranhamento, pois não deve gerar a idéia de um acervo organizado, higienizado, tal qual objetos catalogados e inventariados que compõem as coleções dos museus. Deparamo-nos, outrossim, com um acervo que se encontra disperso, de forma espontânea, entre descendentes de uma comunidade de imigrantes italianos da área rural de Pelotas, acervo que ora se preserva e ora se perde, acervo que só é acervo no olhar do pesquisador, porque, na verdade, é ainda pedaço vivo de vidas e reminiscências familiares, acervo que carrega o sangue quente das emoções familiares e não o sangue frio das responsabilidades institucionais. Isso, que aqui denominamos acervo, é a própria memória viva nas lembranças, nas fotografias e nos objetos remanescentes de décadas que já se esmaeceram com o passar do tempo. Todavia, como fruto da própria interferência de nossa equipe de pesquisadores, na mesma medida em que procurávamos sensibilizar a comunidade para o valor de sua memória cultural e de seus objetos com potencial museológico, a própria comunidade passou, paulatinamente, a perceber essas marcas do passado como acervo, quando afirmavam

coisas assim: “Não sabia que estas coisas velhas tinham importância [...]; estavam sempre lá [...]; não sabíamos que tinha importância e jogamos fora [...]. Não lembramos mais onde está [...].” Em contraponto a essas declarações mais pessimistas, que falavam de um passado irremediavelmente perdido, muitos com entusiasmo ofereciam-se para colaborar com o museu, falando de objetos e fotos que ainda possuíam em casa, de pessoas que sabiam muito do passado.

Conscientes de que a fase de pesquisa histórica do projeto não havia esgotado as possibilidades de levantamento documental e que o “salvamento” dessa documentação apresentava-se como uma necessidade urgente para que a preservação desse material fosse garantida, decidimos, ainda em 2003, pela continuidade do projeto e pela ação de, junto com a comunidade, viabilizarmos a instalação do museu.

Nossa motivação para esse novo projeto e para a continuação da pesquisa se deu principalmente por dois fatores: *(i)* a comunidade da Colônia Maciel alimentava, desde o início da década de 90, o desejo de organizar um museu étnico com a intenção de preservar a memória de seus ancestrais. Em virtude disso, encontramos na comunidade um espírito de colaboração com nosso projeto museológico, de modo que as famílias se dispuseram a doar o acervo sob sua guarda para o futuro museu da colônia; *(ii)* a constatação de que alguns documentos se encontravam em situação de risco, e que outros, identificados e registrados no início do trabalho, já não existiam mais.

O projeto do museu etnográfico: sua formação e seu percurso

Na historiografia do Rio Grande do Sul, a zona sul do estado é caracterizada como um grande núcleo étnico “lusó-afro-brasileiro”, em contraposição à região serrana do Nordeste do estado e à região Central do planalto, caracterizadas como grandes núcleos étnicos “italo-germânicos”. Essa aceção geral não corresponde à realidade, uma vez que existe uma grande concentração de descendentes de imigrantes europeus não ibéricos na zona rural, localizada entre os municípios de Pelotas, São Lourenço e Canguçu. (ANJOS, 2000, 1995; ULLRICH, 1999; FURTADO, 1995; TRESOLDI, 1995; PEIXOTO, 2003; BETEMPS, 2003). Essas imigrações para a zona sul do estado encontram certa invisibilidade na historiografia oficial sobre o assunto. Esse fato prejudica a auto-estima dessas comunidades, na medida em que a

patrimonialização da memória só é algo percebido como garantido pelas comunidades na medida em que essas percebam o seu reconhecimento no olhar do outro.

Na região colonial de Pelotas, existe a particularidade da presença de uma variedade de etnias. Os grupos de origem italiana, alemã, pomerana e francesa deixaram traços profundos na formação cultural da região, não permanecendo elementos culturais remanescentes de outras etnias que igualmente se aventuraram na criação das colônias na Serra dos Tapes, tais como ingleses, irlandeses e gaélicos. (ANJOS, 2000; BETEMPS, 2003). Nessa medida, o museu etnográfico se justificou pela necessidade de apresentar a importância da imigração italiana na zona rural de Pelotas. Outros museus se farão necessários, como centros de preservação da memória dos outros grupos étnicos, inclusive procurando abordar a memória das etnias que ocuparam aquela região precedentemente à chegada dos imigrantes europeus, nomeadamente os indígenas e os negros aquilombados na Serra dos Tapes. Para tanto, o Lepaarq/UFPel, em parceria com a ONG *Instituto de Memória e Patrimônio* (IMP), desenvolve um projeto mais amplo, o *Circuito de Museus Étnicos da Região Colonial de Pelotas*, do qual o museu da Vila Maciel é o núcleo formador, que terá sua seqüência com o *Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa*, a ser localizado no 8º Distrito (Distrito do Quilombo), na localidade do Bachini, o qual, já possuindo sede própria, se encontra em processo de constituição. (BETEMPS, 2003).

A orientação geral do projeto museológico, iniciado em 2003, seguia as diretrizes abaixo:

- preservar a memória histórica da comunidade italiana pelotense;
- instaurar um museu com finalidades culturais e educativas;
- colaborar com o desenvolvimento econômico ao estimular o turismo cultural;
- desenvolver projetos de educação patrimonial e ambiental. Entre suas metas, ressaltavam-se os seguintes objetivos:
 - elaboração de projeto museológico, implementando o sistema documental;
 - implementação de procedimentos adequados de guarda do acervo, envolvendo conservação, consolidação e acondicionamento;
 - restauração de objetos, salvo casos de urgência, não estava prevista para o primeiro ano de atividade do museu, muito embora a organização do acervo incluísse a identificação das

condições de conservação e, portanto, o apontamento das peças que demandem restauro;

- captação de recursos na comunidade e no empresariado para estabelecimento da sede definitiva;
- desenvolvimento de projetos educativos, com direta interação com a Escola Municipal Garibaldi, além do conjunto da rede de ensino pelotense;
- estímulo do turismo cultural na região ao divulgar intensamente, entre as agências turísticas, a existência do museu e ao integrar a visita do museu a roteiros turísticos ecológicos e culturais;
- produção de material gráfico de duas ordens: material de divulgação do museu para fins de atração turística (para distribuição em secretarias e agências de turismo); e material explicativo para ser distribuído aos visitantes (mapas, catálogo do acervo, etc.).

Do ponto de vista institucional, o projeto de criação do museu aprofundou as relações com a escola local, com Secretarias Municipais, com a UFPel, com a Secretaria Estadual de Cultura e com o Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (Leaa/UFPel). Do ponto de vista comunitário, foi intensificada a relação com a comunidade da Vila Maciel e com a paróquia Sant'Anna. Esse conjunto de relações foi indispensável para criar um círculo positivo de relações imprescindíveis ao equacionamento de uma série de entraves à viabilização do projeto.

Vinculado ao museu como projeto de extensão, foi desenvolvido o Projeto de Educação para Gestão do Lixo no Ambiente Rural, na área da Vila Maciel, coordenado pela Profa. Dra. Giancarla Salamoni. Essa interface com a área ambiental integra a concepção museológica incluída em nosso projeto, conforme a qual o patrimônio cultural não pode ser tratado de forma dissociada do patrimônio natural. Dessa forma, mesmo antes de sua implementação, o museu iniciou sua ação educativa na região. O referido subprojeto ambiental foi concluído em dezembro de 2005, com financiamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Na comunidade, foi estruturada uma importante rede de apoio ao nosso trabalho, credenciada pela confiança que nossa equipe construiu quanto à seriedade, idoneidade e regularidade de nosso trabalho. Toda a equipe foi sempre instruída pela coordenação quanto aos cuidados necessários para estabelecimento de uma relação positiva com a

comunidade, o que passa sobretudo pelo respeito para com a mesma e responsabilidade e profissionalismo nos compromissos assumidos. Alguns indivíduos da comunidade exerceram um importante papel para legitimar nossa presença na colônia, garantindo a boa receptividade à equipe técnica nas visitas realizadas diretamente na casa das famílias de descendentes diretos dos imigrantes italianos estabelecidos na Colônia Maciel, na década de 80 do século XIX. Podemos afirmar que essa relação com a comunidade é a condição necessária de possibilidade para o sucesso do projeto.

O trabalho de constituição dos acervos material, fotográfico e oral (entrevistas de história oral) obteve resultados que superaram o esperado. Estávamos, pois, ancorados sobretudo na grande credibilidade que nossa equipe estabeleceu na comunidade. Em paralelo à captação do acervo, foi realizada importante pesquisa histórica, com recurso à bibliografia sobre imigração e às fontes primárias. Essa pesquisa foi realizada por intermédio de consultoria histórica sob nossa responsabilidade.

A título de ilustração, o trabalho pode ser quantificado:

- 50 visitas realizadas à casa de famílias de ítalo-descendentes localizadas na Vila Maciel e adjacências;
- 32 entrevistas de história oral realizadas;
- 192 objetos doados ou emprestados para constituição do acervo: foram doados 180 objetos, e 12 foram entregues ao museu em forma de depósito, totalizando 192 objetos;
- 1.233 fotografias doadas ao acervo ou emprestadas para reprodução digital da imagem: o museu conta com um acervo de 1.233 fotografias, sendo 316 fotos antigas doadas, 79 fotos antigas emprestadas para serem reproduzidas e 838 fotos de registro de pesquisa.

Além dos dados quantificados acima, podemos ressaltar a qualidade do material obtido, que permite descrever e ilustrar uma grande variedade de aspectos da vida cotidiana em várias fases históricas da ocupação da Colônia Maciel, desde sua fundação como colônia até tempos mais recentes.

O tratamento do acervo museológico e da memória oral segue, respectivamente, as normas de catalogação museológica recomendadas pelo Sistema Estadual de Museus/Sedac, e a metodologia de história oral, envolvendo vários procedimentos técnicos de documentação, os quais são implementados com critério e rigor, gerando fichas catalográficas, termos de doação, empréstimo, etc.

O projeto gerou uma grande satisfação profissional à nossa equipe e comprova a importância da Consulta Popular para atender aos anseios da população rio-grandense. Constatamos um grande amadurecimento da comunidade local na compreensão quanto ao seu patrimônio cultural, no sentido de perceber que lembranças, fotos e objetos, outrora desprezados e vistos como transtornos à vida moderna, constituem um valioso legado cultural constitutivo de sua identidade. Percebem agora como o passado pode ajudá-los a direcionar seu futuro. Como preservacionistas, reconforta-nos saber que, graças a esse projeto, muitos objetos, fotos e lembranças que em pouco tempo cairiam no vazio do esquecimento irreversível, hoje, têm sua preservação garantida.

O Museu Etnográfico da Colônia Maciel visa a pesquisar, difundir e preservar a história e a memória da comunidade italiana na colônia de Pelotas, não só mantendo um museu para visitas e consultas, como também promovendo conferências, exposições e realizando outras atividades educacionais compatíveis com a instituição. O museu busca adotar um conceito amplo de territorialidade (que se estende para além das paredes do prédio do museu em si), incluindo edificações e marcos naturais representativos da memória coletiva, integrando as tradições da agricultura familiar de origem colonial com o meio ambiente e com o desenvolvimento do turismo rural. Tendo como foco central a etnia italiana à qual se vincula por identidade a maior parte da comunidade local, procurará se ampliar para o perfil multiétnico da história da região, contribuindo para a diversidade cultural em harmonia com o preceito propugnado pela Unesco qual seja o diálogo das culturas, expresso na *Declaração Mundial da Diversidade Cultural* de 2001. Muito mais que preservar a memória, o museu tem a finalidade de fortalecer a identidade da comunidade, garantindo o conhecimento dessa às gerações futuras:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para os organismos vivos. Neste sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras. (DECLARAÇÃO MUNDIAL DA DIVERSIDADE CULTURAL, art. 1º, Unesco, 2001).

A partir da inauguração, ocorrida em 4 de junho de 2006, o museu é administrado pelo *Instituto de Memória e Patrimônio* (IMP) e conta com assessoria técnica do Lepaarq/UFPel. Outros projetos estão sendo pensados para a região colonial de Pelotas:

- *Projeto de Educação Patrimonial*: envolvendo a Escola Municipal de Ensino Fundamental Garibaldi, localizada na Vila Maciel, cujo prédio original funciona hoje como sede do museu. Por meio de projeto educativo visa-se, sobretudo, à sensibilização dos jovens quanto à importância de suas heranças culturais, aprendendo a reconhecer e a valorizar os traços das gerações passadas na sua vida cotidiana, fortalecendo, assim, sua identidade cultural pelo reconhecimento de suas marcas diacríticas, herdadas de antepassados comuns. Não obstante essa sensibilização tenha como objetivo precípua a formação do cidadão, ancorada na valorização da diversidade cultural e da formação multiétnica, existe, igualmente, no cenário dos objetivos, a meta de cooperar com o desenvolvimento econômico sustentável, ao estimular o turismo cultural integrado a um turismo ecológico e rural.
- *Resgate das Técnicas Artesanais da Produção de Vinho*. Esse projeto foi iniciado com a realização de um vídeo que captou imagens do processo de produção, desde a colheita das uvas até o engarrafamento do vinho. Foram recolhidos, também, depoimentos sobre o assunto. Procura valorizar elementos artesanais tradicionais de uma região que já foi grande pólo vinícola em nosso estado e hoje retoma sua produção, em escala familiar, buscando aliar qualidade, tradições familiares, renovação e resultados econômicos. Nossa preocupação é que, nessa equação, não sejam perdidas tradições, como as pipas de madeira, em processo de substituição pelo inox. ou, lastimavelmente, por bombonas plásticas. Em nossos registros de memória, documentamos a atuação do último tanoeiro na Serra dos Tapes, cuja tradição de produção artesanal de pipas está em processo de desaparecimento, estimulada por órgãos governamentais que orientam os produtores a abandoná-las, com base em critérios questionáveis de viabilidade econômica, qualidade e higiene.

Bases conceituais: um museu *etnográfico*, a identidade e a memória

A base conceitual do museu decorre diretamente de seu propósito central, a patrimonialização da memória e da identidade do grupo ítalo-descendente da Colônia Maciel.² A sustentação teórica de nossa proposta museológica, no entrelaçamento entre o *etnográfico*, a identidade e a memória, encontra-se no pensamento do antropólogo francês contemporâneo Joël Candau. Conforme esse autor (2007),

a patrimonialização é a tomada de valor do patrimônio, pode ser considerada como narrativas de si, narrativas que inscrevem o objeto patrimonial em uma tradição ou, melhor ainda, que “tradicionalizam” esse objeto e que, em primeiro lugar, são destinados a assegurar em sua essência, a sociedade de que é o autor: de onde ela vem, aonde vai, etc. (p. 5).³

Está em jogo, então, responder à pergunta: “de onde viemos?”, a partir da inscrição em uma tradição, pois a tradição gera o imaginário da autenticidade, não importando porém a existência em si de uma tradição, mas a representação dela, enquanto autenticidade, pelo outro. Novamente Candau nos fornece suporte conceitual:

No entanto, não é suficiente existir, ter uma identidade e dela fazer saber, ainda é necessário que a narrativa seja considerada como “verdadeira”, “autêntica” e, por isso, importa fazer ratificar por outro essa autenticidade reivindicada. A esse fim, o imaginário da autenticidade passa pela inscrição em uma tradição que, de acordo com o senso comum, remete à representação de um conteúdo, isto é, aqui ainda, de uma essência.⁴ Trata-se bem de uma representação, pois o essencial não é que a reiteração do passado seja fiel, mas acreditar que está de acordo com a tradição. (2007, p. 5).

O museu *etnográfico*, sustentado na pesquisa com base científica, inevitavelmente funciona como um mecanismo de autenticação da tradição na qual a memória e a identidade se inscrevem. É um lugar no qual a tradição se dá a ver. Um museu comunitário, um ecomuseu, por exemplo, é um “espelho” no qual a população se vê.⁵ Nosso museu *etnográfico* tem algo em comum com o que Candau denomina “museus-refúgio”, vinculados ao território (comunidade), tendo como objeto as

artes e tradições populares, que poderiam, segundo palavras do autor Freddy Raphaël, ser denominados “museus de identidade”, nos quais, inclusive, a identidade pode ser exacerbada até seu devotamento (chauvinismo, folclorismo, fuga da realidade, etc.).⁶ Um “museu de identidade” é uma espécie de lugar de memória para a identidade de um coletivo. Nosso museu etnográfico tem como objeto apresentar uma *descrição densa* de formas culturais pretéritas desse grupo de ítalo-descendentes, calcadas em seu modo de vida cotidiano, por intermédio dos registros de memória coletiva presentes nos relatos orais, fotografias antigas e antigos objetos ou edificações. O *Museu Etnográfico da Colônia Maciel*, portanto, compromete-se conceitualmente com a preservação da memória, como suporte da identidade coletiva, funcionando como lugar de memória em que se conservam e interpretam suportes da memória étnica dos ítalo-descendentes.⁷

Por meio da patrimonialização da memória e da identidade, um museu *etnográfico* constitui uma categoria de lugar de memória que desempenha um papel essencial para autenticar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado. De acordo com Candau (2007, p. 6), “a função principal da autenticação da narrativa – pela patrimonialização ou pela comemoração – é de favorecer a emergência de um compartilhar real, aquele da crença no compartilhar, crença adotada pelos membros do grupo”. Por isso, trata-se de um “museu de identidade” que, patrimonializando, autentica o sentimento de pertencer a um passado comum. Nossa definição de museu *etnográfico*, porém, distingue-se de um “museu de identidade” em perspectiva essencialista, pois não tem como meta o enaltecimento purista e ufanista de uma identidade cultural, mas a interpretação da mesma com base na memória, consistindo em uma etnografia a partir da descrição e interpretação dos suportes de memória.

Cabe-nos, portanto, ambientar o conceito de museu *etnográfico* na discussão sobre a relação entre identidade e memória. A acepção mais corrente é de que a memória coletiva tem, assim, uma importante função: a de contribuir para o sentimento de pertença a um grupo de passado comum, que compartilha memórias, o que confere sentidos de identidade. Todavia, a conceituação de *identidade*, comumente aceita dentro da academia, entre antropólogos, sociólogos, historiadores e demais cientistas sociais, está na existência de sinais que marcam a diferença no olhar do outro, portanto, ancorada na alteridade, opondo-se, desse modo, à perspectiva purista, predominante no senso comum,

que atribui à identidade uma essência, que se desejaria imutável. Consoante Ruben George Oliven (2006),

identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção. Nesse sentido, Lévi-Strauss afirma que a identidade é algo abstrato sem existência real, mas indispensável como ponto de referência. (p. 34).

Vemos aqui uma dicotomia de perspectiva a partir da qual se define *identidade*: a partir do outro (sinais diacríticos) ou a partir de si mesmo (o sentimento de pertença a um passado comum). Buscando superar essa dicotomia, os arqueólogos Sérgio Klamt e André Soares (2004) definem *identidade* como o elemento que caracteriza os membros de uma sociedade, comunidade, ou grupo humano *entre si e perante os outros*.

Candau problematiza *identidade e memória*, a partir dos dois flancos. De um lado, do ponto de vista da memória, suspeita da explicação tradicional, trivial, que caracteriza a busca da memória como a busca de um sentido coletivo na identificação com um passado comum, que assegure o sentimento comum de pertença. (CANDAU, 2007, p. 2). De outro, no horizonte da identidade, salienta a tensão candente entre a definição de identidade corrente no mundo acadêmico e a proeminência do essencialismo psicológico no senso comum. Candau, ao caracterizar como positiva essa corrente acadêmica, que define *identidade* como uma construção na relação com o outro, opondo-se assim à abordagem essencialista, aponta, ao mesmo tempo, à sua limitação, ao desvincular o conceito dos elementos herdados pelo grupo portador dessa identidade:

Contra as concepções “primordialistas”, “substancialistas”, “essencialistas”, “originárias”, “fixadoras”, etc. da identidade, se observa um relativo consenso entre os pesquisadores (antropólogos, sociólogos, filósofos) em admitir que ela, a identidade, é uma construção social, de uma certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro. Conhecemos bem essa tese padrão das Ciências Sociais, que, em justo título – por um lado – desconstruiu as concepções essencialistas de sentido comum da identidade, fazendo valer que essa era situacional, em construção, plástica, etc. (digo que é justificado, *de um lado* – pois parece difícil conceber uma identidade inteiramente desvinculada de suas heranças, sejam elas culturais ou de outra natureza). (CANDAU, 2007, p. 3).

Candau destaca que, contra a tese acadêmica, as comunidades persistem agarradas à percepção essencialista de identidade, hegemônica no senso comum, e inspirada no universo conceitual da Psicologia e Antropologia cognitiva. Em verdade, a grande onda patrimonialista contemporânea, denominada por Candau como *mnemotropismo*, traz consigo o essencialismo psicológico no coração das representações de identidade, em suas formas individuais e coletivas. A opção por um museu *etnográfico* situa-se exatamente na exigência metodológica e teórica resultante de uma tomada de partido: o cuidado para se evitarem as armadilhas do purismo e ufanismo étnico na abordagem do binômio memória/identidade dos ítalo-descendentes da Colônia Maciel, apesar da força com que essa tendência aflora no *mnemotropismo* contemporâneo.

Para que um museu *etnográfico* se oponha a essa sobrevida do essencialismo psicológico na definição de identidade, é imprescindível compreender as razões de sua proeminência no senso comum, para que a museografia dialogue com essa realidade – isto é, para que o discurso acadêmico dialogue com a voz da comunidade. Candau busca algumas explicações. A primeira delas (CANDAU, 1998) é a recorrência nas sociedades humanas da “retórica holística”, que consiste em uma tendência a estabelecer generalizações na caracterização dos entes sociais coletivos (“culturas”, “civilizações”, “nações”, etc.), criando

formas de designação de séries de indivíduos – que são induzidas pela propensão propriamente humana de transformar um Singular ou um Particular em um Geral, e cuja forma mais vulgar, e via de regra a mais detestável, é o estereótipo cultural ou nacional: os franceses são ranzinzas, os suíços são conscienciosos, os brasileiros são ... eu não sei, o estereótipo que me vem espontaneamente ao espírito é: todos amantes de futebol, etc. (CANDAU, 2007, p. 3).

Pensamos aqui no grande risco que corre um museu, destinado à memória de alguma etnia, de propor como interpretação o estabelecimento dessas generalizações, desses rótulos, retornando assim a uma forma pauperizante de essencialismo psicológico, à revelia das particularidades históricas e diversidade cultural: “o italiano é...”. Aqui pontuamos uma diferença substancial entre um *museu de identidade* tradicional e um museu *etnográfico*: enquanto o primeiro pode porventura cometer o pecado do ufanismo nacionalista/racialista e do afã rotulador, um museu dito *etnográfico*, usufruindo das virtudes de seu

método e base teórica, deve evitar essas ordens de generalizações que apenas confirmam chavões e rótulos do senso comum, a serviço de preconceitos e da intolerância, traçando seu compromisso proeminente com o *diálogo entre culturas*.

Candau (2007) propõe, porém, uma segunda explicação, que remete a força do essencialismo identitário à operação da *memória*, motivo pelo qual não aceita a ausência, na definição de *identidade*, dos elementos herdados pela *memória*:

Em troca, podemos tentar responder a outra questão. O que torna possível esse raciocínio essencialista? Graças a que ele se manifesta? A resposta me parece evidente. Graças à memória, principalmente. De fato, esse sentimento de essência – de uma identidade – que perdura para além das trajetórias individuais e do destino dos povos, chega à consciência clara, no essencial, tão-somente graças à nossa faculdade de lembrar daquilo que fomos. (p. 3).

Compartilhamos, com Candau (2007), o entendimento de que não pode haver identidade sem memória, como uma “espécie de conexão de si para si próprio”,⁸ pois

somente a memória é capaz de alimentar o sentimento de nossa continuidade [...]. Essência da consciência,⁹ a memória “dá sua dimensão ao tempo”¹⁰ e assegura não apenas o sentimento de continuidade pessoal mas também aquele de uma continuidade social. [...] A memória pode, assim, ser assimilada a essa faculdade constituinte da identidade pessoal que permite ao sujeito de se pensar detentor de uma essência que permanece estável no tempo, ou de pensar que o grupo ao qual pertence é detentor de uma essência tendo a mesma propriedade. É uma regra implícita, sustenta Connerton, que os membros de não importa qual ordem social devam pressupor a existência de uma memória compartilhada. (p. 4).¹¹

Percebemos, assim, a dificuldade de distinguir memória e identidade, uma vez que as duas noções estão intrinsecamente ligadas, pois a representação que os membros de um grupo fazem de sua *identidade* (sua essência) inclui a incorporação de traços que se acredita pertencerem a um passado comum.

Assim, partindo de Candau (1998, 2007), retornamos a Klamt e Soares (2004), que entendem *identidade* numa dupla perspectiva: *entre*

si e perante os outros. Para um museu *etnográfico*, *identidade* é ao mesmo tempo, o sinal diacrítico, que marca a singularidade de um grupo, no olhar do outro (num processo de atribuição de sentido construído e reconstruído historicamente no presente e de forma relacional), e a crença em um passado compartilhado (pela qual o grupo se atribui sua essência, aproximando-se das formulações puristas, simplistas e rotuladoras do senso comum).

Propostas museográfica e expográfica: dilemas entre memória e esquecimento

As propostas de museografia e expografia foram implantadas no museu em coerência com a meta de preservação e divulgação da memória dos ítalo-descendentes, valorizando os registros da vida comum e do saber fazer, as formas de ocupação do tempo, entre o trabalho e o lazer, entre a terra e a casa, entre a religião e a educação, sem deixar de registrar a percepção da saga dos imigrantes na chegada, na criação e no desenvolvimento das colônias.

Desse modo, o reduzido espaço do prédio, que foi inaugurado em 1928 pela Intendência de Pelotas, como sede da Escola Garibaldi, foi dividido em quatro nichos expográficos, coincidentes com os quatro cantos dessa edificação discretamente retangular em sua base.

Antes de adentrar o espaço do museu, dois grandes painéis, colocados na rua, fazem uma apresentação geral do museu e do histórico da imigração italiana no País e no estado.

O visitante, ao entrar, defronta-se com uma estrutura quadrangular com quatro painéis informativos, onde obtém breves informações sobre o histórico da colônia, da pesquisa e do museu, instrumentalizando-o minimamente para uma compreensão geral do museu que ele tem diante de si. Após isso, ele inicia um circuito em sentido horário, percorrendo os quatro nichos temáticos. O primeiro aborda a partida do Velho Mundo e a chegada do imigrante no Brasil e em Pelotas. O segundo dedica-se à temática do trabalho, sobretudo a lide rural, vinculando elementos da agricultura tradicional introduzida e desenvolvida pelos colonos e aquilo que modernamente denominamos agricultura familiar. Ali, o visitante poderá encontrar um conjunto de dados referentes à memória da produção vinícola. O terceiro nicho desloca a atenção do visitante para o interior, para a vida doméstica, predominando um conjunto de

elementos relacionados à cozinha, à elaboração e ao consumo dos alimentos, podendo ainda perceber elementos ligados aos cuidados com o vestuário, como a confecção, a manutenção e os reparos. O visitante finaliza o percurso entrando em contato com componentes da vida diária próprios das horas livres, ligados à fé, ao lazer, à educação e aos cuidados com o corpo, encontrando informações referentes à igreja, a brinquedos e jogos, à escola, à cavalaria e ao barbeiro.

A proposta museográfica está fundamentada no modelo de pesquisa desenvolvido previamente, que procurou articular, sob uma mesma linha de tematização, os diferentes suportes de memória, de modo que os nichos temáticos musealizam de forma integrada os objetos antigos, os depoimentos orais e os registros fotográficos, tanto de fotos históricas pertencentes à comunidade local de ítalo-descendentes quanto de fotos etnográficas que registram o cotidiano atual e a pesquisa. O documento histórico tradicional, o texto escrito, mesmo não sendo descartado da expografia, nela ocupa um plano complementar e subsidiário, pois a narrativa, que procuramos gerar no olhar do visitante, resulta muito mais dos relampejos da memória coletiva, por meio das várias peças do quebra-cabeça caleidoscópico da construção memorialista da identidade e do passado comum.

A expografia procura não somente exercer um papel informativo sobre a trajetória da imigração italiana na região e formativo sobre a valorização dos elementos diacríticos componentes da identidade dos descendentes de imigrantes italianos da Serra dos Tapes, mas, mais que isso, visa mormente, a estimular o visitante a sensibilizar-se, na sua vida diária, quanto ao valor da preservação das marcas do passado, neste jogo entre o esquecimento e a memória, em que o primeiro tende a ser irremediavelmente o vencedor. Procura despertar, por meio do olhar do visitante, o gosto pelas memórias contidas nas pequenas coisas, nas fotos esmaecidas, nos relatos dos avós, e, desse modo, a valorizar a alimentação dos processos identitários na preservação dos fundamentos da diversidade cultural contidos na diversidade dos suportes de memória.

Todavia, tivemos sempre consciência de que a gestão da memória e a interferência sobre os processos identitários – de construção, transformação e remodelação das identidades – são inerentes à organização museal da memória e seus suportes, tanto no momento do registro, da catalogação e do acondicionamento dos bens culturais que registram essas memórias, quanto na definição de museografia e expografia, que norteiam conceitos operadores de seleções e escolhas. Seleções e escolhas,

inerentes ao processo de patrimonialização, que impactam diretamente o paradoxo da lembrança e do esquecimento.

A esse respeito, Márcio Seligmann-Silva recorda-nos que “o registro da memória é sem dúvida mais seletivo e opera no *double bind* entre lembrança e esquecimento, no tecer e destecer”. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 62, grifo nosso). O mesmo autor nos lembra que um dos mandamentos da memória é que, “assim como devemos nos ‘lembrar de esquecer’, do mesmo modo **não nos devemos esquecer de lembrar**”. É bem verdade que o esquecimento cumpre um papel importante. Walter Benjamin, em seu ensaio “Experiência e pobreza” (1933), elogia o esquecimento, pois ele “nos impele a partir para a frente, a começar de novo”. A superação da tradição (uma outra forma de se referir ao esquecimento), para Benjamin era um “ganho em espaço de liberdade” (Gewinn an Spiel-Raum).¹²

Antes de Benjamin, Friedrich Nietzsche fora ainda mais longe, considerando o esquecimento indispensável, mas julgando necessário que, na hora devida, as recordações sejam preservadas:

É totalmente impossível de se viver sem o esquecimento. [...] A alegria, a boa consciência, o ato feliz, a confiança naquilo que vem – tudo isso depende, em cada indivíduo assim como no povo, da inexistência de uma linha que separe o visível, claro, do que não pode ser clareado e escuro, de que se saiba tanto esquecer na hora certa, como também que se recorde na hora certa. (1988, p. 252)¹³

De certa forma, nosso dilema já estava previsto por Nietzsche, e, na verdade, trata-se de um dilema inerente – e inevitável – ao que se faz com a identidade cultural quando se propõe sua preservação por meio de um projeto museológico. Toda museografia e toda expografia que se colocarem a serviço da memória estarão também inexoravelmente a serviço do esquecimento, pois operam processos de escolhas, do início da pesquisa à exposição permanente, que geram e conservam recordações sobre certas esferas e silenciam sobre outras. Bem, com Nietzsche e Benjamin, aprendemos que isso não somente não é necessariamente trágico, mas, mais que isso, é necessário. O problema para o gestor de memória é, estando consciente dessa dialética entre a *Mnemosyne* e *Letes*, já constatada pelos antigos gregos, definir critérios para estabelecer não somente a hora de lembrar e esquecer, mas sobretudo o que lembrar e esquecer por meio do museu, levando em mente o impacto que essas escolhas terá

sobre as reelaborações identitárias. Mas, no limite, não devemos nos aterrorizar, pois, como lembra Seligmann-Silva (2006, p. 61), não podemos cair na “idéia inocente de que podemos controlar nossa memória”.

A solução talvez esteja em não estabelecer um divórcio irreconciliável entre história e memória. A possibilidade dessa conciliação, defendida por Pierre Vidal-Naquet, sustenta-se sobre uma tradição historiográfica de crítica ao modelo temporal do historicismo rankeano, que remonta a Nietzsche, passando por Bérqson, Halbwachs e Benjamin, propondo-se preservar o elemento fragmentário da temporalidade, aproximando-se dos registros pessoais e coletivos da memória, em sua subjetivação da percepção do tempo. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 68-69).

É nesse lugar que se situa o *Museu Etnográfico da Colônia Maciel*: no conflito entre memória e esquecimento, entre subjetividade e objetividade, propondo um trato da identidade cultural nos projetos de gestão de memória em que a identidade se beneficie quando pesquisador e gestor não abdicam por completo da perspectiva da Verdade, da *aletheia*, mesmo lidando com as imprecisões e subjetividades da memória. Metodologicamente, isso pode estar no horizonte do possível, quando se opera com o registro, a descrição e a análise, sistemática e comparada, de uma gama variada de testemunhos históricos e memoriais do passado, tal como propusemos incorporar às nossas opções de pesquisa, catalogação, museografia e expografia.

Notas

- ¹ UNESCO. *Declaração Mundial da Diversidade Cultural*, Artigo Primeiro, 2001.
- ² “Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória.” (GONÇALVES, 2004, p. 19).
- ³ A transcrição dos textos de Candau, nas citações, utiliza-se da tradução de Maria Letícia Mazzucchi Ferreira.
- ⁴ “Nous associons à la notion de tradition la représentation d’un contenu exprimant un message important, culturellement significatif et doté pour cette raison d’une force agissante, d’une prédisposition à la reproduction”: LENCLUD, Gérard. La tradition n’est plus ce qu’elle était..., *Terrain*, n. 9, oct. 1987, p. 112, apud Candau, 2007, p. 5.
- ⁵ Rivière Georges-Henri. *La Muséologie selon Georges Henri Rivière : cours de muséologie: textes et témoignages*. Paris: Dunod, 1989. p. 142. apud Candau, 2007. p. 5.
- ⁶ Raphaël Freddy. Herberich-Marx Geneviève, “Le musée, provocation de la mémoire”, *Ethnologie Française*, v. XVII, n. 1, p. 87-94, 1987, apud Candau, 2007, p. 5.
- ⁷ Como exemplo da relação entre o museu e a patrimonialização da identidade e tradição, Candau (2007, p. 5) lembra o caso do Museon Arlaten, na França, caracterizado por Frederic Mistral, autor francês de língua provençal, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1904, como o “Museu da vida e da raça de Arles”.
- ⁸ Quine, W. V. O. *Le mot et la chose*. Paris: Flammarion, 1977. p. 138 apud Candau, 2007, p. 4.
- ⁹ Nicolas Serge. *Mémoire et conscience*, Paris: Armand Colin, 2003. p. 152 apud Candau, 2007, p. 4.
- ¹⁰ Rose Steven. *La Mémoire: des molécules à l’esprit*. Paris: Seuil, 1994. p. 13 apud Candau, 2007, p. 4.
- ¹¹ Connerton, Paul *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 3 apud Candau, 2007, p. 4.
- * Grifo do autor.
- ** Tradução aproximativa proposta por Márcio Seligmann-Silva.
- ¹² BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*, In: TIEDEMANN, R. e SCHWEPPENHÄUSER, H. (Org.). Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1989. p. 369. v. 7.
- ¹³ NIETZSCHE, F. Unzeigemässe Betrachtungen II: Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben. In: _____. *Kritische Studienausgabe*. Munique: DTV; Berlin; Nova Iorque: Walter de Gruyter, 1988. p. 252.

Referências

- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária; UFPel, 2000.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Os italianos na zona sul urbana de Pelotas na segunda metade do século XIX*. 1995. Monografia (TCC) – UFPel, Pelotas, 1995.
- BETEMPS, Leandro R. *Vinhos e doces ao som da marsehesa: um estudo sobre os 120 anos da tradição francesa na Colônia Santo Antônio em Pelotas – RS*. (Coleção História e Etnias, n. 6). Pelotas: Educat, 2003.
- CANDAU, Joël. *Mémoire et identité*. Paris: PUE, 1998.
- CANDAU, Joël. *Les bases anthropologiques de la quête patrimoniale: mémoire, tradition, identité et récit de soi*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL. 2007. Pelotas. ANAIS... Pelotas: UFPel, 2007.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. A imagem como testemunho da história: a memória do Conservatório de Música na coleção de fotografias em preto-e-branco (1918-1969). In: NOGUEIRA, Isabel Porto (Org.). *História iconográfica do conservatório de música da UFPel*. Porto Alegre: Pallotti, 2005. p. 42-69.
- DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Org.). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA E FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS, 9., Caxias do Sul: Anais..., Caxias do Sul: Educs, 1999.
- FUNARI, Pedro Paulo A. (Org.). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: Unicamp; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- FURTADO, Giliana Soares. *A imigração italiana em Pelotas e zona sul*. 1995. Monografia (TCC) – UFPel, Pelotas, 1995.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como Patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: PPGAS, ano 10, n. 22, p. 15-36, 2004.
- INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL. *Histórias de vida*. Projeto Preservação da Memória Judaica, s/d.
- IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2001.
- JESKE, Elizete. *Gropelli/Grupelli: 125 anos no Brasil*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2000.
- KLAMT, Sérgio Célio; SOARES, André Luis Ramos. Breve manual de patrimônio cultural: subsídios para uma educação patrimonial. *Revista do Cepa*, v. 28, n. especial, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. (Coleção Repertórios).

- LENIAR, Ana Maria. *Reserva: fontes para a história local*. Ponta Grossa: Uepeg: Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais e Reserva; Prefeitura Municipal, 2001.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. (Org.). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. (Série Eventos).
- MEIHY, José Carlos Sebe B. *Manual de história oral*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- MICHELON, Francisca; ESPÍRITO SANTO, Anaizi Cruz. *Catálogo fotográfico – séc. XIX/1930: imagens da cidade: acervo do Museu da Biblioteca Pública Pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária; UFPel, 2000.
- OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. *Memória fotográfica do Conservatório de Música (1918-1969)*. 2002. Monografia (TCC) – UFPel, Pelotas, 2002.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ORSER JÚNIOR, Charles E. *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
- PEIXOTO, Luciana da Silva. *Memória da imigração italiana em Pelotas/RS: Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas*. 2003. Monografia (TCC) – UFPel, Pelotas, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). *História e imagem*. Rio de Janeiro: Pontual; Capes, 1998.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. (Coleção Arqueologia, n. 5).
- TRESOLDI, Angelo. *A imigração italiana na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul*. 1995. Monografia (TCC) – UFPel, Pelotas, 1995.
- ULLRICH, Carl Otto. *As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul (1898). História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel*, n. 5, p. 137-161, 1999.

Artigo recebido em julho de 2007. Aprovado em setembro de 2007.